



**PROCESSO N.º** : 29.367-9/2018  
**PRINCIPAL** : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO  
**RESPONSÁVEIS** : VALDOMIRO LACHOVICZ – PREFEITO MUNICIPAL  
MARIA CÉLIA RODRIGUES – CONTROLADORA INTERNA  
**ASSUNTO** : MONITORAMENTO  
**RELATOR** : CONSELHEIRO INTERINO ISAIAS LOPES DA CUNHA

## RELATÓRIO

Trata-se de Monitoramento, instaurado com a finalidade de verificar a efetividade e a tempestividade das providências adotadas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro exaradas no Acórdão n.º 281/2017-TP, relativo ao Levantamento n.º 15.303-6/2016.

2. O referido Levantamento foi realizado pela Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal em 127 municípios mato-grossenses, com o objetivo de avaliar o nível de maturidade dos controles internos administrativos aplicados na logística de medicamentos, a partir do conhecimento da organização e do funcionamento desta atividade relevante nos municípios, seus sistemas, programas e projetos quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, *in verbis*:

### EXPEDIR ALERTA:

**a)** aos gestores de todos os municípios mato-grossenses para que providenciem a imediata implementação e/ou aperfeiçoamento de todos os controles contemplados na Matriz de Riscos e Controles (MRC), devendo ser concebidos de forma adequada e efetiva até 31-12-2017; **b)** aos controladores internos de todos os municípios mato-grossenses para que relatem em todos os pareceres periódicos da Unidade de Controle Interno, encaminhados via Sistema Aplic, até 31-12-2017, o resultado da avaliação dos controles internos da área de medicamentos e as ações adotadas pela gestão para o saneamento das falhas detectadas;

### DETERMINAR:

**a)** aos controladores internos dos Municípios de Acorizal, Araguinha, Campinápolis, Canabrava do Norte, Chapada dos Guimarães, Lambari D'Oeste, Nova Bandeirantes, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim, Porto Esperidião, Salto do Céu, São Pedro da Cipa, Torixoréu e Vila Bela da Santíssima Trindade, os quais não participaram do presente trabalho, que realizem as avaliações no prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da presente decisão, remetendo-as a este Tribunal; e, **b)** aos gestores dos Municípios de Acorizal, Araguinha, Campinápolis, Canabrava do Norte,



Chapada dos Guimarães, Lambari D'Oeste, Nova Bandeirantes, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim, Porto Esperidião, Salto do Céu, São Pedro da Cipa, Torixoréu e Vila Bela da Santíssima Trindade, que garantam que as avaliações sejam realizadas.

**Determina-se** à Secretaria-Geral de Controle Externo que insira no Plano Anual de Fiscalização – PAF 2017/2018 o monitoramento das ações acima, a ser realizado mediante novo ciclo de avaliação do nível de maturidade dos controles internos administrativos aplicados na logística de medicamentos dos municípios mato-grossenses.

3. Após consulta aos documentos enviados eletronicamente pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, por meio do Sistema Aplic, a Unidade de Instrução, consoante o Relatório Técnico (Doc. n.º 190541/2018), constatou o descumprimento do referido Acórdão e concluiu pela citação do Gestor, Sr. Valdomiro Lachovicz e da Controladora Interna, Sra. Maria Célia Rodrigues para se manifestarem acerca dos seguintes apontamentos:

4. Responsável: Valdomiro Lachovicz:

**1) (NA01 DIVERSOS GRAVÍSSIMA\_01).** Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, parágrafo único da Resolução 14/2007 - RITCE).

1.1) Não elaborar Plano de Ação a fim de planejar a implementação de rotinas e procedimentos de controles afetos à logística de medicamentos tendo o objetivo de aprimorar o Sistema de Controle Interno municipal;

1.2) Não implementou as rotinas e procedimentos de controle necessários para o desenvolvimento do Sistema de Controle Interno municipal de São José do Rio Claro com relação à logística de medicamentos.

5. Enquanto a Sra. Maria Célia Rodrigues teria incorrido nas irregularidades:

**2) NA01 DIVERSOS\_GRAVÍSSIMA\_01.** Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, parágrafo único da Resolução 14/2007 - RITCE).

2.1) Não realização de auditoria de avaliação dos controles internos em logística de medicamentos, objeto de determinação deste Tribunal, conforme Acórdão 281/2017.

6. Em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o responsável, Sr. Valdomiro Lachovicz e a Controladora Interna, Sra. Maria Célia Rodrigues, foram citados por meio dos Ofícios n.ºs 1104/2018 e 1105/2018 (Doc. n.ºs 202711/2018 e 202713/2018) e apresentaram suas defesas que foram protocoladas neste Tribunal sob os números 335215/2018, com o Documento Externo n.º 220443/2018, e, 335240/2018, com o



Documento Externo n.º 220450/2018, respectivamente, com o objetivo de comprovarem o implemento das obrigações impostas.

7. Após analisar a defesa, a Unidade de Instrução, elaborou Relatório Técnico de Defesa (Doc. n.º 51279/2019), concluindo pela manutenção dos subitens 1.1 e 1.2, atribuídos ao Prefeito Municipal.

8. Na forma regimental, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 1.149/2019 (Doc. n.º 57941/2019), subscrito pelo Procurador de Contas, Dr. Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pelo conhecimento do presente Monitoramento, pelo cumprimento parcial do Acórdão, aplicação de multa e determinação legal à atual gestão.

É o relatório.

Tribunal de Contas, 28 de março de 2019.

(assinatura digital)<sup>1</sup>

Conselheiro Interino **ISAIAS LOPES DA CUNHA**

Relator

(Portaria n.º 124/2017, DOC/TCEMT n.º 1199, de 15/09/2017)

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa N.º 9/2012 do TCE/MT.